

HABEAS CORPUS Nº 515.610 - SP (2019/0168724-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : AUGUSTO CESAR MENDES ARAUJO
ADVOGADO : AUGUSTO CÉSAR MENDES ARAÚJO - SP249573
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CELSO FELIX DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **CELSO FELIX DE SOUZA**, no qual se aponta, como autoridade coatora, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 35, *caput*, ambos da Lei 11.343/2006, por força do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, com o pagamento de 666 dias-multa, no regime fechado (e-STJ, fls. 36-41).

O *Parquet* manejou apelação criminal, perante o Tribunal de origem, que lhe deu parcial provimento, nos termos da seguinte ementa:

"Apelação da Defesa - Preliminar - Inocorrência de nulidade - Arguição da ilicitude da prova, em razão do pra/o de validade estabelecido para cumprimento do mandado de busca e apreensão - Inocorrência - Investigações e monitoramento do local dos fatos pelos policiais civis, na busca da melhor oportunidade para efetivar a apreensão de drogas - Exceção ao princípio da inviolabilidade do domicílio - Crime de natureza permanente - Situação de flagrante, suficiente a justificar a entrada dos policiais no imóvel - Preliminar Rejeitada - Tráfico de Drogas - Provas suficientes à condenação - Réu preso em flagrante - Materialidade e autoria comprovadas - Circunstâncias reveladores do crime de tráfico de entorpecentes - Desclassificação da conduta para aquela prevista no artigo 28 da Lei Antidrogas - Apreensão de diversas porções de entorpecentes - Fatores que, associados à prova produzida, levam à conclusão de que os entorpecentes eram destinados a consumo de terceiros - Dosimetria - Pena-base fixada acima do mínimo legal, em razão dos maus antecedentes ostentados pelo réu, bem como pela quantidade de droga apreendida - Reajuste para a fração de 1/6 - Impossibilidade da aplicação do redutor previsto no artigo 33, § 4º. da Lei nº 11.343/2006. Por ausência de requisito a tanto - Impossibilidade da fixação de regime diverso do fechado e da substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos - Mercês incompatíveis com delitos de singular gravidade - Necessidade de maior repressão ao tráfico de entorpecentes - Regime fechado compatível com a conduta praticada pelo réu - Detração Penal - Questão que deverá ser analisada pelo Juízo da Execução - Recurso de apelação parcialmente provido" (e-STJ, fl. 43).

Neste *writ*, a Defensoria Pública Estadual sustenta haver constrangimento

ilegal na dosimetria da pena imposta, pois foram considerados "os maus antecedentes do paciente, os quais já haviam alcançado o período depurador, [...] antiquíssimos para aumentar a pena-base, negar aplicação do redutor legal e aplicar regime fechado para início de cumprimento da pena, ponderando tratar-se de crime hediondo, infringindo, assim, o princípio do *bis in idem* e, principalmente posicionamento consolidado das Cortes Superiores (e-STJ, fl. 9).

Assevera que "tanto a autoridade coatora quanto o juízo de piso se valem novamente da mesma circunstância judicial em mais uma das fases do sistema trifásico, em desfavor do paciente" (e-STJ, fl. 21).

Pugna, assim, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem, para que "seja aplicada ao paciente a incidência da minorante do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006 e, por consequência, seja concedido ao paciente regime inicial de cumprimento de pena imposta em regime aberto" (e-STJ, fl. 33).

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual será analisado em momento oportuno.

Assim, **indefero** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator